



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

1 **ATA DA 19ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM**
2 **FLUMINENSE DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020,**
3 **realizada no dia 09/09/2020 (quarta-feira), de 14:20h às 16:20, através de**
4 **videoconferência.** A Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de
5 Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) do dia 02/09/2020, foi iniciada pelo
6 Coordenador, José Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos
7 membros: José Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS),
8 Luís Eduardo Amorim (CBH Piabanha), Paulo Cardoso (CBH BG), Luís Carlos
9 Teixeira (CBH LSJ), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé Ostras), João Gomes (CBH
10 BPSI) e Carlos Ronald Macabu (CBH BPSI) e os convidados Rafaela Facchetti
11 (CBH Piabanha), Marcos Lacerda (CBH BG) e Adriana Saad (CILSJ) a equipe:
12 Roberta Abreu (AGEVAP) Tamires Souza (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro
13 (AGEVAP).

14 **Item 1. Abertura:**

15 A assembleia foi iniciada pelo coordenador adjunto **João Gomes**, que deu boas-
16 vindas aos presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para
17 videoconferência.

18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 **João** questionou se havia alguma sugestão de alterações na pauta. **Luís Eduardo**
20 solicitou que fosse incluído na pauta a **Conclusão e Encaminhamento do PL nº**
21 **3.873/2018.** **Adriana** solicitou que a reunião fosse iniciada com a discussão do GT
22 FUNDRHI, pois teriam que se ausentar. Todos concordaram e a pauta foi aprovada.

23 **Item 3. Apresentação de projetos dos CBHs LSJ e Macaé para fins de** 24 **aprovação para entrarem na 10ª parcela no GT FUNDRHI;**

25 **Marcos** comentou que o parecer do TCE para o CBH Guandu trouxe uma
26 preocupação junto ao GT FUNDRHI sobre as parcelas já aprovadas e que na última
27 reunião havia ficado pendente uma apresentação do comitê para que houvessem
28 uma definição. Afirmou que, caso houvesse dificuldade de fazer o repasse para a



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

29 delegatária no caso do Guandu, haverá um buraco aberto nas parcelas, logo, se
30 ficasse suspenso, seria importante os demais comitês verificarem os saldos
31 existentes para a possibilidade de prorrogação do saldo do CBH Guandu para
32 parcelas posteriores.

33 **Rafaela** disse que esse processo era antigo e não finalizado e que talvez
34 demandaria fazer uma pequena reunião entre o coordenador do GT e o MPE, junto
35 a delegatária, INEA e ao Guandu para analisar o parecer e definir previamente a
36 reunião do GT FUNDRHI.

37 **Marcos** contextualizou que o documento declara a ilegalidade do contrato de
38 gestão e pede o arquivamento dos autos e, pressupondo que haja recurso,
39 provavelmente a delegatária estaria impedida de receber o recurso deste contrato.
40 Afirmou que se for sinalizado esse impedimento, seria importante que os demais
41 comitês ajudassem a dar prosseguimento ao pleito de novos projetos e novos
42 recursos.

43 **Vera Lúcia** comentou que isso pode impactar todos os contratos e que, com esse
44 parecer, pode acontecer que INEA não assine outros contratos, logo cabia ao
45 FFCBH chamar o órgão gestor e as delegatárias, fazendo uma pauta única da
46 discussão desse documento. Disse que Paulo de Tarso afirmou que o Guandu
47 possuía todas as parcelas a serem pedidas e que deveria entrar com todos os
48 pedidos. Opinou que deveriam retornar ao trabalho de pedir as parcelas com
49 antecedência e ao chegar nas reuniões do GT FUNDRHI não abrir discussões que
50 mostrem desarticulação dos comitês.

51 Foi definido que essa discussão retornaria nos assuntos gerais para dar início a
52 apresentação do CILSJ.

53 **Adriana** iniciou sua apresentação, informando que ela já via sido feita
54 anteriormente. Comentou que faltava poucos recursos para acabar os recurso da
55 CUTE, sendo do CBH LSJ o valor de R\$ 1.982.882,77, tendo os seguintes projetos
56 solicitados para a 10ª parcela: O plano de Ordenamento de Usos Múltiplos da
57 Lagoa Araruama, a implantação de algumas ações deste, um projeto de



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

58 saneamento de Saquarema e dois projetos de reflorestamento. Explicou o projeto
59 de Saquarema, cujo valor é de R\$ 768.026,93, que será em uma área chamada
60 Charqueado que não é atendida pela concessionária e não possui saneamento, no
61 qual aplicariam o recurso em biodigestores duplos. Quanto ao Plano de
62 Ordenamento, cujo investimento é de R\$ 462.362,00, comentou que ele faz parte
63 e integrara o Plano de Bacia e compreende a elaboração do plano e a
64 implementação de algumas ações. Quanto ao Projeto de Reflorestamento, cujo
65 investimento é de R\$ 716.970,56, comentou que ele dá prosseguimento a um
66 projeto que levantou as áreas que poderiam ser reflorestadas e foi escolhido duas
67 áreas para a plantação de 300.000 mudas.

68 Dos recursos do CBH Macaé Ostras, o valor total é de R\$ 3.017.498,45 e os
69 projetos já foram discutidos na plenária e câmara técnica. **Adriana** disse que
70 compreendia em três projetos: Saneamento na região de Lumiar, um projeto de
71 Saneamento em Rio das Ostras e uma parte do Programa de Pagamento de
72 Serviços Ambientais e Boas Práticas, dizendo que o Projeto de Saneamento em
73 Lumiar se dará por instalações de biodigestores em aproximadamente 300
74 residências e propriedades rurais em São Pedro da Serra e Lumiar. Já o Projeto de
75 Saneamento Rio das Ostras, comentou que poderia disponibilizar ele mais
76 detalhado a quem interessasse e disse ser um projeto de extensão da rede
77 coletora, abrangendo maior área na cidade. Por fim, comentou que o valor restante,
78 de R\$ 237.080,00 seria implementado no Pagamento dos “produtores de água”,
79 que possuía mais recursos a serem aplicados vindos da Conta D. Disse que o
80 Arranjo Institucional está sendo elaborado pelo recurso da Conta D e que o recurso
81 da CUTE será utilizado na implementação do programa na região de Boa
82 Esperança e Córrego Santa Margarida.

83 **João** questionou se o modelo dos biodigestores já havia sido aprovado e
84 consolidado em plenária ou se ainda teria um aperfeiçoamento. **Adriana** comentou
85 que esse modelo é pré-fabricado e já está no mercado, oferecendo mandar mais
86 detalhes posteriormente. **João** comentou que no CBH BPSI estão estudando



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

87 alguns projetos de saneamento rural e pediu que fosse mandado para que também
88 analisassem essa alternativa. (Encaminhamento)

89 **Marcos** informou que já havia sido solicitado até a 11ª parcela e que Mariana do
90 CILSJ havia pedido para inserir na 9ª parcela, ficando pendente essa apresentação,
91 mas que o Guandu tinha se colocado disponível para adiar os seus recursos para
92 atender o pedido. Dessa forma, afirmou que se o colegiado compreendesse que
93 estava clara a demanda, poderia haver essa inclusão, uma vez que o consócio
94 estava sem receber recurso desde o ano anterior.

95 **Maria Inês** disse que a solicitação estava sendo feita para a 10ª parcela pois na
96 reunião do GT FUNDRHI a representante da SEFAZ informou que não havia mais
97 a restrição de liberar apenas dez milhões de reais, podendo ser pedido o que fosse
98 necessário, uma vez que o dinheiro era dos comitês e que a Secretaria de Fazenda
99 possuía o recurso em caixa.

100 **Marcos** disse que já houve inclusão na 9ª parcela, ultrapassando o antigo limite de
101 dez milhões de reais, em função dessa colocação da SEFAZ. Disse que, se o grupo
102 concordar, incluíram o pleito do CILSJ na 10ª parcela e pediriam essa liberação de
103 recurso ampliada.

104 **Luís Carlos** perguntou se havia possibilidade de, nessa liberação, incluir o
105 percentual para a revisão do Plano de Bacia do LSJ. **Adriana** disse que essa
106 revisão já havia sido aprovada na 9ª parcela.

107 Não havendo nenhuma manifestação contrária a aprovação da apresentação feita
108 pelo CILSJ, ela foi aprovada para entrar na 10ª parcela do FUNDRHI.

109 **Item 4. Apresentação e avaliação das Propostas para ECOB 2020;**

110 **Luís Eduardo** sugeriu que ficasse como compromisso o envio das propostas para
111 o e-mail da secretaria para que todos pudessem ler e contribuir fora da reunião.

112 **Vera Lúcia** sugeriu que trabalhassem em duas programações, uma de três e outra
113 de cinco dias, trazendo a pré-proposta da programação em uma reunião posterior.

114 **João** opinou que não necessitaria esperar até a próxima reunião e sugeriu que os
115 comitês contribuíssem através de e-mail para apenas consolidar na reunião na
116 reunião seguinte.

117 Foi definido que os comitês enviariam as contribuições até o dia 11/09/2020 para
118 serem organizadas pela secretaria executiva.

119 **Maria Inês** sugeriu que usassem esse item de pauta para definir qual seria a
120 duração do evento, sendo de três ou cinco dias, para focar a proposta num período
121 de tempo definido. Disse que isso diminuiria o trabalho após o envio das propostas
122 dos comitês.

123 **Vera Lúcia** comentou o Simpósio que o CBH MPS estaria realizando no dia
124 11/09/2020 e afirmou que está demandando muito trabalho sendo um evento de
125 apenas um dia, logo sugeriu que fosse trabalhado em um evento de três dias a fim
126 de concentrar os esforços e garantir o maior público.

127 Após votação, foi definido que o evento será realizado durante três dias na semana
128 do dia 30 de novembro a 04 de dezembro de 2020.

129 **Luís** pediu para que as contribuições recebidas fossem enviadas para todos por e-
130 mail para que haja uma discussão fora da reunião. (Encaminhamento)

131 **Maria Inês** opinou que uma hora e meia diária era pouco e compartilhou que os
132 eventos tem tido aproximadamente três horas, sugerindo que esse tempo fosse
133 repensado, assim como o horário de início. Disse que seria mais engrandecedor se
134 houvesse mais tempo para debate após as palestras. **João** concordou que poderia
135 haver mais tempo de evento em cada dia.

136 **Marcos** compartilhou a experiência do CBH BG, que vem feito uma sequência de
137 encontros com a prefeitura do Rio de Janeiro para debater os Planos Setoriais de
138 Políticas Públicas. Disse que a programação tem sido de 3 horas por encontro,
139 tendo 15 minutos de contextualização do evento, 1 hora de apresentação do tema
140 e 1 hora para perguntas abertas e que essa dinâmica vem sido rica e trouxe ganho

141 aos debates, sendo essas três horas consumidas rapidamente de forma leve para
142 quem estava participando.

143 **José Arimathéa** sugeriu que o evento iniciasse às 19:30h, devido à baixa adesão
144 em horários mais cedo e que tivesse duração de 2h e 30min, podendo se estender
145 para 3 horas.

146 Após manifestações dos presentes, foi definido que o evento iniciaria às 19:00h e
147 teria o tempo estipulado de 2h e 30min de duração em cada dia.

148 **Item 4. Aprovação da ata do dia 11/08/2020;**

149 **João Gomes** questionou se houve alguma contribuição sobre a ata da reunião e
150 pediu para que se manifestassem. Não havendo manifestações contrárias, a ata foi
151 aprovada.

152 **Item 7. Manifestações sobre o Projeto de Lei nº 3.873/2018;**

153 **Luís Eduardo** sugeriu colocar em votação que, quanto ao PL, se restringissem em
154 alterar apenas o Art. 6º da Lei nº 5.234/2008, seguindo a seguinte redação: “Os
155 CBHs definirão os percentuais aplicados conforme as especificidades requeridas
156 em suas bacias.”. Justificou que se só houvesse esse assunto no Projeto de Lei, se
157 desvinculado do Projeto “André Corrêa”, sendo mais fácil defendê-lo considerando
158 a situação do Novo Marco Regulatório. Opinou que se os comitês se antecipassem
159 nesse assunto, seria um movimento político inteligente e que não deveriam esperar
160 que a Alerj trouxesse algum outro PL que destinasse esse recurso de outra forma.

161 **José Arimathéa** sugeriu que fosse feita uma reunião junto a diretoria do CERHI,
162 uma vez que há uma lei estadual que diz que todo PL que altera a Política Estadual
163 de Recursos Hídricos, deve ter o aval do conselho e, dessa forma, cumpriram a lei
164 e traçariam junto ao CERHI essa estratégia. Lembrou da discussão no FFCBH
165 sobre o decreto do INEA e sugeriu que se colocasse no PL também algumas
166 questões desse, garantindo-as também em lei. Disse que o decreto continuaria
167 tramitando e, após o diálogo com o CERHI, entrariam em contato com a Frente



FÓRUM FLUMINENSE

DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

168 Ambientalista e com a Frente da Água a fim de convidar seus representantes para
169 uma reunião e apresentar a proposta já referendada pelo conselho.

170 **Luís Eduardo** reforçou que não deveriam seguir com o PL do André Corrêa para
171 não trazer nenhuma impressão junto à Alerj, mas sim vir com um novo projeto
172 alterando o artigo citado e trazendo os pontos do decreto.

173 **Rafaela** disse que deveriam estruturar a proposta da remoção do Art. 6º,
174 fundamentando no Novo Marco Legal de Saneamento e na possível concessão na
175 maior parte dos municípios no Rio de Janeiro. Sugeriu deveriam pedir orientações
176 para saber se era o momento político ideal para fazê-lo. Opinou que já haviam dado
177 tempo suficiente ao BNDES para ter uma resposta as arguições sobre a concessão
178 da CEDAE e que deveriam enviar uma carta cobrando essa posição para fazer uma
179 fundamentação para a proposta dessa lei.

180 **Maria Inês** propôs que chamassem esse PL de “PL das Águas”, uma vez que ele
181 veio dos comitês, não vinculando mais a nenhum político.

182 Foi definido que o FFCBH convidaria o CERHI para discutir sobre a construção do
183 PL das Águas, que seria composto pela alteração do Art. 6º citado e alguns itens
184 do decreto do INEA.

185 **Item 8. Assuntos Gerais;**

186 **Rafaela** informou que contatou **Juliana** durante a reunião e ela disse que seria
187 encaminhada ainda neste dia ao INEA a planilha e os valores do contrato alterados
188 apenas pelo IPCA. Disse também que **Moema** havia enviado o contrato alterado e
189 ao olhar, não tinha visto nada muito diferente, não identificando as alterações feitas.
190 Sugeriu para que a secretaria analisasse as alterações feitas no documento.

191 **Vera Lúcia** propôs que fosse feita uma reunião com G4 para discutir essa questão
192 no dia 17/09/2020 (quinta-feira) e **João** solicitou que a secretaria confirmasse com
193 os diretores ausentes. (Encaminhamento)

194 Quanto ao parecer recebido pelo CBH Guandu, **Rafaela** informou que a diretoria
195 do comitê estava em reunião com o INEA e a AGEVAP com a finalidade de discuti-
196 lo e que **Paulo de Tarso** havia informado que aquele não era o julgamento final,
197 mas sim o parecer do relator do processo, logo ele ainda caminharia e teria um
198 julgamento. Opinou que seria precário haver uma discussão sobre o que ainda
199 estava sendo inteirado e comentou que o CBH não havia recebido da justiça ainda
200 nenhum comunicado oficial do parecer, informando que havia combinado com
201 Paulo de Tarso e Marcos Lacerda de, assim que terminarem a reunião do Guandu
202 com INEA, seria convocada uma reunião do GT FUNDRHI.

203 **Vera Lúcia** sugeriu que essa reunião não fosse chamada pelo GT FUNDRHI, mas
204 sim mais restrita ao Fórum. **Rafaela** sugeriu que **José Arimathéa** fizesse essa
205 articulação mais restrita, já que era um assunto a ser tratado entre os comitês que
206 possuem contrato com a AGEVAP. (Encaminhamento)

207 **José Arimathéa** afirmou não ser simples lidar com o TCE e que se sente
208 preocupado com essa manifestação. Lembrou que em uma reunião com José
209 Alexandre Maximino foi falado sobre trazer uma pessoa do TCE para dialogar com
210 os comitês no FFCBH e que defende essa posição pois a relação entre os comitês,
211 delegatária e INEA é diferente do que estão habituados, logo quaisquer processos
212 dos comitês que fossem parar no TCE, gerariam questionamentos. Comentou que
213 esse parecer poderia causar falta de segurança no INEA para seguir com esses
214 processos e que deveriam criar uma estratégia para chamar o Ministério Público
215 para conversar junto com o TCE a fim de ajudar no entendimento e convencimento.

216 **Item 9. Encerramento.**

217 **João Gomes** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16:30. A
218 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
219 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

220

221



222 Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia

223 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

224 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

225

226 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.

227